

POSFÁCIO

Os comentários escolhidos para a presente seleção foram escritos entre 1981 e 1985, um período extremamente rico para quem quisesse captar o entrecruzar de interesses empenhados em dar nova estrutura à ordem energética mundial, desdobramento esse que eu tive o privilégio de poder acompanhar, dia a dia, através das fontes já mencionadas na Nota inicial. A década anterior, dos 1970, fora a da “Crise da Energia”, rótulo jornalístico sob o qual se acusava a OPEP de estar açambarcando a riqueza do mundo, através do aumento desmedido do preço do petróleo, com apoio na arma do embargo seletivo dos suprimentos dessa matéria prima, de cujo fim próximo haviam-se todos dado conta, de súbito. Para defender-se, os industrializados tinham-se organizado, sob a inspiração de Henry Kissinger, na Agência Internacional da Energia (AIE). Nos comentários selecionados, eu desenvolvi uma crítica cerrada dessas alegações, procurando explicar os saltos no preço do petróleo, em dois momentos dos anos 1970, como impulsionados, na realidade, pelas grandes companhias petrolíferas (na maioria anglo-saxãs), com o apoio não tão discreto do Governo dos EUA.

A lógica e a dinâmica da transição da velha ordem energética, posta de pé nos anos 1930 pelas chamadas “Sete Irmãs”, para uma ordem em que o petróleo começasse a ser substituído por novas fontes de energia primária, menos danosas para o meio ambiente e, idealmente, renováveis, nunca deixaram de obedecer ao interesse preponderante do mundo industrializado. A velha ordem fora montada por um punhado de companhias verticalmente integradas, isto é, manipuladoras do petróleo desde sua descoberta e lavra até os postos de venda da gasolina, as quais se haviam instalado solidamente sobre áreas de concessões em países subdesenvolvidos. Na maioria do Oriente Próximo. A OPEP surgiu em 1960, como uma espécie de sindicato (não cartel) de países dessas áreas de concessões, politicamente despertos para reduzir a extensão do saqueio de sua riqueza natural, alegremente efetuado pelas concessionárias. A OPEP causou impacto no mundo, e incomodou muita gente, por ter sido o primeiro exemplo de uma associação de países subdesenvolvidos, exportadores de determinada matéria prima, a lograr certa margem de autonomia na determinação das condições de produção e comercialização internacional do seu produto. Produtores de outras matérias primas tentaram, na época, repetir sem êxito a experiência da OPEP. Os opepianos chegaram, inclusive, a obter para si nacos substanciais da renda econômica gerada pelo petróleo, mas não lograram cortar as amarras com o sistema internacional dominado pelas concessionárias. O impulso à nacionalização dessas últimas foi, por exemplo, diluído nas tomadas de participação acionária, numa tendência capitaneada pela Arábia Saudita. Também na tarefa, que lhe foi reconhecida, de revisão periódica do preço de referência do barril de bruto, a OPEP seguiu refletindo a conjuntura criada pelas economias industrializadas, mais do que influenciando tal conjuntura.

Quando o preço do petróleo deu seu primeiro salto (fins de 1973), as companhias petrolíferas também começaram a captar petrodólares, em volumes equivalentes aos captados pelos países exportadores do ouro negro. Em 1979, ano do segundo salto, os lucros líquidos das “Sete Irmãs” atingiram em conjunto 22 bilhões de dólares. Em 1980, a cifra já ultrapassava 23 bilhões. Nos EUA, onde os anos 1970 foram de forte recessão, as petrolíferas distinguiram-se tanto pela extraordinária massa de dinheiro que iam acumulando, quanto pela capacidade de incrementarem os

seus lucros líquidos após-impostos. No segundo trimestre de 1980, enquanto o restante da indústria americana via seus lucros líquidos após-impostos caírem de 18%, os das companhias petrolíferas acusavam crescimento de 32% em relação ao segundo trimestre de 1978. A parte das petrolíferas no conjunto da indústria americana havia crescido, de 15% em 1972, para 40% em meados de 1980. Num primeiro momento, as petrolíferas usaram o excesso de caixa trazido pelos novos preços do barril de bruto num amplo movimento de diversificação de suas atividades, expandindo-se mundo afora para os metais e minerais de valor energético, como o carvão e o urânio, através da aquisição de grandes companhias mineiras. Na altura de 1983, no entanto, tornara-se nítido o arrependimento das petrolíferas com os investimentos propriamente mineiros e firmou-se a outra grande opção para o aproveitamento dos petrodólares. A busca do petróleo em áreas fora do território da OPEP, de preferência em países da OCDE, opção com o importante valor estratégico de compressão do mercado para o petróleo dos opepianos.

A já mencionada AIE foi a grande promotora do movimento de independização das economias industrializadas do petróleo da OPEP, estimulando a busca dos hidrocarbonetos tanto no interior da OCDE, onde estavam sendo localizadas importantes províncias petrolíferas no Mar do Norte e no Alaska, quanto em países subdesenvolvidos alheios à OPEP, apesar da exiguidade da produção neles previsível. O alvo ideal para essa busca era a área sob soberania dos EUA, e o sonho das petrolíferas pareceu concretizar-se, na abertura dos anos 1980, quando o Governo Reagan desregulamentou os preços do petróleo americano, ao mesmo tempo que abria a Plataforma Continental Externa (PCE) à pesquisa petrolífera. Nos anos de 1981 e 1982, cerca de 70% dos investimentos mundiais das companhias petrolíferas, na pesquisa e lavra de novas jazidas, concentraram-se nos EUA. E quando Reagan cedeu, em 1982, à velha pressão das companhias pelo acesso à PCE, foi a corrida. Somas mirabolantes começaram a ser pagas apenas pelo direito de perfurar nas novas áreas. Só que a geologia não correspondeu às esperanças e aos esforços das companhias, conforme contado nos comentários selecionados.

È de ver também - como cuidaram sempre de mostrar os Comentários - que a ação dos industrializados não se desenvolvia num vácuo. A Crise da Energia não se reduzia a simples maquinação das grandes companhias petrolíferas, mais ou menos ajudadas pelos Governos da OCDE. Havia impulsões de outro tipo, originadas fora das motivações do núcleo de países industrializados, as quais podem ser visualizadas como uma outra linha vermelha na marcha histórica, desde os anos 1960 aos dias de hoje, da luta pela transição para uma nova ordem energética mundial. No terreno do petróleo, o despertar político do Terceiro Mundo foi um fato. Desde 1952 agitava-se na ONU o tema do “direito dos países soberanos a nacionalizarem e explorarem livremente os seus recursos naturais”, desiderato que Mohammad Mossadegh tentou implementar no Irã, apenas para ser cortado do poder num famigerado golpe conduzido pela CIA (1953). A nacionalização do Canal de Suez por Nasser, em 1956, teve portentosas repercussões sobre o comércio internacional do petróleo, e em abril de 1959 reuniu-se no Cairo, como culminação de todo um trabalho de análise e propaganda no seio da Liga Árabe, o I Congresso Árabe do Petróleo. O Irã e a Venezuela enviaram observadores, e do encontro de Juan Pablo Pérez Alfonso com os exportadores do Golfo Pérsico ia nascer a OPEP (1960). Na década aí aberta, o

Iraque e a Argélia conduziram lutas pioneiras pela remodelação das respectivas indústrias petrolíferas, numa perspectiva de desenvolvimento nacional que, no Golfo, iria se complicar com a guerra entre o Iraque e o Irã e intervenções armadas dos EUA na região, sempre marcadas por forte odor de petróleo.

O petróleo foi, também, um dos estopins da revolução republicana na Líbia (1969), com a entrada em cena de Muammal al-Kadhafi. Na verdade, é de 1970, cognominado “O Ano da Líbia”, e não do primeiro salto no preço do barril de bruto (final de 1973), que se deve datar a aquisição de contundência política por parte da OPEP. A história de como um punhado de companhias petrolíferas americanas prevaleceu-se do Governo fraco e inexperiente do Rei Idris, na Líbia chegada à independência (1951), a fim de ali institucionalizar a exploração do petróleo em termos comercialmente ideais para as concessionárias estrangeiras, está contada em mais de um livro. Lembrarei apenas que, havendo os advogados das companhias redigido diretamente alguns dos institutos legais reguladores da extração e circulação internacional do petróleo líbio, mesmo as parcas conquistas jurídicas já naquela época obtidas por outros países exportadores apareceram sutilmente invertidas, no benefício das concessionárias. A instalação da indústria do petróleo na Líbia ocorreu, contudo, numa fase de abaixamento das barreiras tecnológicas à entrada de novas firmas na indústria, durante a qual inclusive o Governo de Washington passara a estimular a transnacionalização das firmas ditas “independentes” (isto é, não participantes do cartel das “Sete Irmãs”). O sistema surgido na Líbia trouxe, assim, umas quantas peculiaridades, que iriam ser aproveitadas pelo movimento republicano. Em vez, por exemplo, de haver caído sob o controle de uma composição local das eternas “Irmãs”, o petróleo líbio tinha vindo a ser explorado por dezessete companhias, no quadro de cinquenta e uma concessões. E ainda mais importante, os lotes das concessões haviam sido delineados e distribuídos de maneira a impedir o aparecimento de companhia ou grupo de companhias com força monopolizadora. Esta precaução, surpreendente à vista do acima dito com relação à maneira como se institucionalizara a exploração do petróleo na Líbia, tinha sido conquista discreta de um grupo de especialistas árabes, de visão nacionalista, que lograram participar da elaboração da primeira Lei do Petróleo, na Líbia. Um deles, o iraquiano Nadim Paxáxi, viria a ser Secretário Geral da OPEP.

A primeira exportação de petróleo líbio foi feita pela Exxon, em 1961. Dez anos mais tarde, o fluxo já chegara a 3.300.000 bd. Dois atributos desse petróleo – seu baixo teor de enxofre, num mundo que começava a preocupar-se com a poluição ambiental, e a proximidade dos grandes mercados europeus – haviam contribuído para essa extraordinária expansão. Também a forte presença das “independentes”, que se tinham tornado responsáveis por metade da produção e das exportações da Líbia. Estas companhias não participavam da exploração do petróleo do Oriente Próximo, reduto das “Sete Irmãs”, e seus interesses específicos e comportamento comercial entravam em freqüente conflito com os das **majors**, ensejando toda uma série de oportunidades para os kadhafistas promoverem suas reivindicações. A 23 de maio de 1970, Trípoli assinou com Argel e Bagdá um pacto de ajuda mútua em assuntos petrolíferos, integrando-se na linha do nacionalismo árabe na matéria. Ainda nesse mês de maio, um “acidente” rompeu na Síria o oleoduto da ARAMCO. O fluxo do petróleo saudita para o Mediterrâneo ficou interrompido por

cerca de um ano, e os três países do pacto em questão assumiram a responsabilidade por 95% do petróleo árabe embarcado em terminais mediterrâneas.

A Europa Ocidental estava chegando ao zênite da sua expansão econômica do pós-II Guerra Mundial. No período 1967-1970, a demanda européia de derivados do petróleo superara em 40% as previsões mais otimistas. A interrupção do **Tapline** tomou ares de calamidade para os europeus. Tenha-se presente, também, que a segunda invasão israelense da Península do Sinai (1967) havia de novo bloqueado o Canal de Suez, precipitando a demanda e construção de petroleiros gigantes para a rota de contorno da África do Sul. Os estaleiros mundiais aumentaram a demanda por chapas de aço e a indústria siderúrgica, grande utilizadora de carvões americanos, aumentou muito suas compras, colocando em dificuldade as companhias carboníferas dos EUA, muitas das quais haviam fechado unidades de produção. O combustível sólido começou a escassear (no mercado do aquecimento doméstico americano a tonelada de carvão dobrou de 12 para 24 dólares) e houve um súbito deslocamento da demanda do carvão para os combustíveis líquidos, incrementando-se em círculo vicioso a pressão sobre o transporte marítimo dos últimos. Os fretes marítimos entraram a subir aceleradamente, chegando ao nível de WORLD-SCALE 290, ou quase seis vezes o valor normal. Os republicanos líbios utilizaram com habilidade a conjuntura, forçando as concessionárias locais a negociarem individualizadamente com o governo a revisão dos velhos acordos de concessão.

Não haverá espaço para narrar em detalhe esse episódio, vou limitar-me a reproduzir o comentário que sobre ele fez o respeitado consultor petrolífero J. E. Hartshorn (**The World Today**, julho de 1971): “Não há subestimar o sentido de oportunidade com que a Líbia soube transformar em benefício duradouro para todos os governos hospedeiros, não apenas para o seu, uma vantagem surgida a prazo curto (...) O fato foi que no verão passado, agindo quase sozinha, a Líbia mostrou-se capaz de transformar em crise do transporte petrolífero uma situação difícil, mas nada desesperada, aparecida no equilíbrio da oferta e demanda de navios tanques. Este feito tático revelou oportunidades estratégicas para os outros membros da OPEP, os quais, captando a flexibilidade dos líbios, recusaram-se a ir juntos à negociação, como desejavam as companhias. Negociaram organizados em grupos regionais, embora mantendo entre si considerável capacidade de cooperação...” Assim foi que 1970 sagrou-se, na movimentação dos países subdesenvolvidos, como o Ano da Líbia. O mundo industrializado nunca perdoou Kadhafi.

* * * * *

O último texto incluído na seleção ora publicada data de dezembro de 1985, embora os Comentários tenham sido escritos até o final de 1986. Eu quis com isso deixar marcada a mudança ocorrida, na passagem de 1985 para 1986, na disputa entre a OPEP e as grandes companhias petrolíferas pela configuração do mercado internacional do petróleo. Na conferência ministerial da OPEP realizada em Viena, em outubro de 1985, a Arábia Saudita havia praticamente compelido os colegas da organização a abandonarem a pretensão de garantir o preço mundial do barril de bruto,

deixando-lhes apenas a possibilidade de defenderem suas partes do mercado. O preço do bruto exportado passou a depender do chamado **netback**, ou seja, a soma produzida pela realização (f.o.b.) dos derivados obteníveis da refinação de um barril, operação controlada pelas companhias. A concorrência entre estas cresceria e os preços começaram a baixar. O preço do barril de bruto iria, com efeito, degingolar dos 36 dólares alcançados no começo dos anos 1980 para menos de 10 dólares, em 1986.

Na nova configuração tomada pelo mercado internacional do petróleo, ganharam força e individualização aquelas duas linhas vermelhas acima citadas, na marcha pela renovação da ordem energética mundial. Dos anos 1990 até hoje adquiriram relevo, de um lado, a contínua concentração dos capitais e a intensificação tecnológica na ação das companhias, com tendência a sediar-se nos EUA o comando do sistema. De outro lado, o crescente despertar dos países não industrializados, em particular os hoje chamados emergentes, categoria em que se distinguem a China e a Índia, consumidores gigantescos por si só capazes de influir na ordem energética em nascimento. O primeiro ano da década dos 1990 seria revelador dos novos tempos que se abriam para o mundo do petróleo. A 17 de janeiro de 1991, uma coalizão de forças galvanizada pelos EUA, embora sob o manto da ONU, mobilizou quase um milhão de homens na operação “Tempestade no Deserto” para desalojar do Coveite tropas iraquianas ocupantes. O sonho de Saddam Hussein de deixar o Iraque com riquezas petrolíferas equivalentes às da Arábia Saudita ia ser frustrado, mas ele reagiu abrindo, de imediato, as válvulas do terminal coveitano de Sea Island. Mais de seis milhões de barris de bruto foram despejados nas águas do Golfo Pérsico. E um mês mais tarde, quando as tropas iraquianas tiveram de bater em retirada, cerca de oitocentos poços de petróleo em produção foram incendiados. O fogo passou a consumir em pura perda, durante meses, seis milhões de barris diários (quantidade superior, por exemplo, à importação do Japão na época). Foi só no mês de novembro que o incêndio pôde ser totalmente dominado, significativamente, com a ajuda de tecnologias inovadoras. Dois outros acontecimentos ainda iriam sobrevir no ano de 1991, com influência no quadro mundial dos hidrocarbonetos. Mais modestamente, a abertura da economia da Índia para as forças do mercado. E com grande impacto geopolítico: o colapso da União Soviética. Sem o mundo fechado comunista, o mercado internacional do petróleo globalizar-se-ia definitivamente. E entrariam em cena, como participantes ativos do jogo energético mundial, as terras ricas em hidrocarbonetos da antiga Ásia Central soviética

Daniel Yergin, o conhecido historiador da transição energética, dá relevo, em **The Quest** (New York: The Penguin Press, 2011), à derrocada nos preços do petróleo acima registrada: “O colapso dos preços teve um outro efeito. Pôs em marcha a mais abrangente reestruturação da indústria do petróleo desde a fragmentação do truste da Standard Oil, ordenada pela Suprema Corte dos EUA em 1911 (...). À medida que os preços do petróleo desabavam, ruíam também as finanças da indústria petrolífera (...). A indústria foi-se sentindo compelida a aumentar sua eficiência; a gerir melhor os seus gastos; a aprimorar suas capacidades; e a ampliar o recurso à tecnologia. Isso tudo impunha um aumento de escala. E o caminho para tanto eram as fusões.” (pg. 87)

Não só a OPEP entrou enfraquecida na década dos 1990. Também as grandes companhias viam restringir-se a parcela sob seu controle, num mercado mundial de hidrocarbonetos que se

ampliava enormemente. Em posição dominante estavam companhias nacionais, integrantes ou não da OPEP, deixando às *majors* meros 15% da produção mundial. O primeiro exemplo da onda de absorções e fusões que iria mudar a face do pelotão da frente das companhias foi a compra da Gulf pela Chevron, ainda nos anos 1980. A década seguinte seria tomada por uma série de negociações entre as companhias, concretizadas no período 1998-2002. A 31 de dezembro de 1998, fundiram-se a British Petroleum e a Amoco. Esta última, recorde-se, era uma das companhias saídas em 1911 da fragmentação do truste da Standard Oil (S.O. of Indiana), e que se mantivera distante do cartel das “Sete Irmãs”, concentrando suas operações no território americano. Após o colapso da União Soviética, a Amoco arrebatara importantes posições no petróleo do Azerbaijão, e sua fusão com a BP sacudiu o quadro petrolífero mundial, ainda mais quando meses depois a nova firma absorveu a Atlantic Richfield (ARCO), cujo maior ativo era sua parte no abundante petróleo do Alaska, difícil de operar, contudo, com o barril de bruto a 10 dólares. A grande fusão seguinte foi a da Exxon com a Mobil, as duas maiores companhias egressas do truste Standard Oil, circunstância que exigiu meses de análise pela Federal Trade Commission, a fim de obviar ofensas à legislação antitrustes. Com alguns pequenos ajustes, a FTC aprovou a fusão, concretizada em novembro de 1999. Depois disso, a terceira *major* americana, a Chevron (antiga S.O. of California), arquitetou sua fusão com a “Irmã” Texaco. As duas já tinham tradição de trabalhar em conjunto, através da Caltex, razão social para toda uma série de operações, em mercados asiáticos particularmente. Considerando-se o desaparecimento prévio da Gulf, as “Sete Irmãs” entravam no século XXI reduzidas a três *supermajors*, mais a Shell. Esta última, fruto de uma velha fusão (1907) entre firmas inglesa e holandesa, possui características que praticamente impossibilitam novas associações. Continua a ostentar as qualidades que a distinguem como a mais intelectualizada das grandes companhias petrolíferas, mas deixou de ser a maior entre elas. Uma última grande fusão nos EUA, mas fora do âmbito das “Irmãs”, foi a da Phillips Petroleum com a Conoco, duas “independentes”, em operação facilitada pela absorção pela nova Conoco-Phillips de reservas da ARCO no Alaska, as quais tinham tido de ser vendidas, por determinação da FTC, para permitir a fusão da ARCO com a BP. Para encerrar esta passagem em revista da consolidação ocorrida na exploração mundial dos hidrocarbonetos, vale mencionar a fusão das francesas Total e Elf, numa nova companhia que absorveu no processo a Petrofina belga.

O século XXI chegou sem que o mundo haja conseguido romper a predominância do petróleo no funcionamento da economia moderna. Contraditoriamente, embora o uso da energia venha ganhando grande eficiência nos países avançados, a explosão demográfica que está fazendo a população global crescer exponencialmente imprime também aceleração ao consumo do petróleo. De 20 milhões bd, em 1960, a demanda mundial dessa matéria prima iria chegar a 85 milhões bd em 2010. E o **World Energy Outlook (1908)**, da AIE, prevê a necessidade de um crescimento da produção petrolífera mundial para o nível de 104 milhões bd, a fim de atender à demanda do ano 2030. Tendo presente o propósito central deste trabalho, que é o de examinar os esforços contraditórios pela criação de uma nova ordem energética global, vou tentar uma síntese simplificadora, descrevendo dois campos em presença: a OCDE com a sua AIE, liderada pelos EUA, E O Resto, tendo no topo a China.

* * * * *

À frente do grande esforço dos países da OCDE por livrar-se do petróleo da OPEP esteve, sempre, a ambição dos EUA pela autossuficiência energética. A última vez em que pudera aquele país alardear uma certa independência nessa área fora em 1952, quando suas exportações de produtos energéticos, carvão inclusive, superaram as importações. No resto do século, a necessidade de importar petróleo e gás natural constrangeram sistematicamente o sonho americano. Até começarem a surgir sinais de uma reviravolta, já na altura de 2005. Os sinais ganharam consistência e, em 2011, dados do Departamento de Energia registraram uma produção doméstica de petróleo da ordem de 5,7 milhões de bd (a maior desde 2003). No ano anterior, os dados oficiais haviam acusado uma produção doméstica de gás natural de 22,4 trilhões de pés cúbicos, contra 20,2 trilhões de pés cúbicos em 2007. “Tudo o que sabíamos sobre o perfil energético dos EUA parece estar mudando” – escreveu Michael Levi, pesquisador sênior do Conselho de Relações Exteriores, num oportuno livro de 2013” (**The Power Surge: Energy, Opportunity, and the Battle for America’s Future**. New York: Oxford University Press.): “As importações de petróleo caíram pela primeira vez em décadas. Os suprimentos de gás natural estão crescendo, após um longo período de quedas sistemáticas. Automóveis e caminhões exibem ganhos extraordinários e não antecipados no uso eficiente do combustível. Tecnologias alternativas de captação da energia – eólica, solar, e outras – têm visto os custos desabarem e seu uso expandir-se como nunca antes. Cada uma dessas tendências demonstra potencial para seguir ativa, e não apenas nos próximos anos, mas pelas próximas décadas e mais além. Estão todas elas sendo impulsionadas por um misto de desenvolvimento tecnológico, dinamismo de mercado e forças políticas, praticamente desconhecido dez anos atrás.” (pp 6-7)

Já desde os anos 1980, como não deixaram de registrar os Comentários, inovações tecnológicas vinham alterando, positivamente, a busca e a lavra dos hidrocarbonetos. Duas delas iriam adquirir particular importância: a pesquisa sísmica tridimensional e a perfuração horizontal. Ao obter imagens do subsolo em três dimensões, os geólogos podiam localizar novos reservatórios de petróleo ou gás mesmo em áreas já bastante exploradas, e a perfuração horizontal permitia alargar a drenagem do hidrocarboneto em existência no reservatório alcançado pelo poço vertical. Foi a combinação da técnica de perfuração horizontal com o chamado fracionamento (**fracturing**) que possibilitou a verdadeira “revolução do xisto” nos EUA, de que surgiram sinais em 2005, conforme mencionado no parágrafo anterior. O xisto é uma camada de rochas sedimentares situada em profundidades entre três e quatro quilômetros abaixo da superfície do solo. Quando os tubos da perfuração vertical alcançam essa camada, a perfuração é mudada para a horizontal, podendo avançar até pouco mais de um quilômetro em cada direção. Entra em cena aí o fracionamento, que consiste na abertura de fissuras na camada de xisto através de uma série de explosões controladas. Em seguida, uma mistura de água, areia e soluções químicas é injetada nas fissuras, a fim de ajudar a afluência do hidrocarboneto. Na virada do milênio, George P. Mitchell, um produtor de petróleo e gás natural de Houston, Texas, que há vinte anos perseguia o método ideal para tornar eficiente o fracionamento, chegou finalmente à boa fórmula para a solução química a ser combinada com água e areia na lavagem do xisto fraturado. Em 2002, ele vendeu por 3,5 bilhões de dólares sua tecnologia à Devon Energy, firma de Oklahoma City detentora, por sua vez, de grande experiência

na perfuração horizontal. Novas oportunidades econômicas estavam se abrindo para os EUA.

Em novembro de 2012, um relatório da AIE deu idéia dessas oportunidades. Os EUA poderiam suplantam a Rússia, em 2015, como os maiores produtores mundiais de gás, e a Arábia Saudita, em 2017, como o maior produtor mundial de petróleo, tornando-se inclusive exportadores líquidos de hidrocarbonetos, na altura de 2030. A autossuficiência energética dos EUA, implícita nesses dados, representaria uma drástica reviravolta no quadro energético mundial. Para começar, aumentaria a competitividade da economia americana, em particular diante da Europa. Na dimensão geopolítica, diminuiria a exposição dos EUA às turbulências do Oriente Próximo. Num momento, contudo, em que também está crescendo a produção de hidrocarbonetos nessa região, dominada pela OPEP. A parte atual da OPEP na produção mundial do petróleo, que é de 42%, deverá subir para 50% nos próximos quinze anos. O escoadouro natural para esse petróleo, com o desaparecimento das importações americanas, será a Ásia, onde avulta o consumo chinês. A China já vem, aliás, intensificando sua presença na problemática próximo-oriental, numa tendência que não deixará de preocupar os EUA, quando mais não seja para resguardar a segurança dos fornecimentos petrolíferos para seus aliados asiáticos.

A observação acima, sobre a irrupção do gás de xisto nos EUA travando o progresso do gás natural nos mercados europeus, levantou apenas uma ponta de vasta rede com alcance mundial. No já citado **The Quest**, Daniel Yergin dedica todo um capítulo à “Revolução do Gás Natural”. “O gás de xisto – diz ele – transformou o mercado do gás natural dos EUA”. E mais do que isso: “começou a mudar a dinâmica do negócio global do gás”. O fato foi que a emergência impetuosa dessa versão do gás, nos EUA, coincidiu com a entrada em cena, no resto do mundo, de grandes ofertas do gás natural convencional. Em 2010, o Qatar estava disponibilizando 77 milhões de toneladas de GNL para exportação. A Austrália posicionava-se também como exportadora, só suplantada pelo Qatar. Das doze usinas de gás natural liquefeito (GNL) que se sabia estarem sendo construídas no mundo, em junho de 2013, sete estavam na Austrália, a um custo de cerca de 160 bilhões de dólares para a construção das instalações de produção, transporte, liquefação, e mais os terminais marítimos para permitir a exportação do GNL. Como vai escoar essa imensa oferta será função também de complexos ajustamentos políticos e comerciais entre os países asiáticos.

No quadro doméstico americano, a explosão do gás de xisto assustou os produtores de petróleo, muitos dos quais passaram a recorrer ao fracionamento hidráulico para ampliar suas produções. Em 2012, a fatia do gás de xisto na oferta de gás nos EUA chegou a 34% do total e a do petróleo alcançou 30%. A emergência do gás de xisto estava sendo conduzida por um enxame de pequenos produtores ou por grandes companhias de serviços, como a Schlumberger Ltd, a Halliburton Co., ou a Baker Hughes Inc., perfurando milhares de poços por ano em seis dos Estados da área contígua dos EUA. No petróleo, logo se perfilaram as *supermajors*. Em 2010, a Royal Dutch-Shell comprou a East Resources, pioneira na exploração da grande reserva de Marcellus Shale, no Leste do país. Em 2011, a Chevron absorveu a maior parte da produção da Atlas Energy Inc, ao mesmo tempo que surgiam notícias do interesse da Exxon-Mobil pelo petróleo de xisto.

Para as grandes petrolíferas, o petróleo de xisto representa um aporte adicional, inserido no conceito mais amplo de **tight-oil**: petróleo extraível de formações rochosas diversas. Como as

areias betuminosas do Canadá, ou a Faixa do Orenoco, na Venezuela. As tecnologias para “liberar” o petróleo dessas formações aproximam-se mais da mineração clássica do que do fracionamento hidráulico e são completadas pelo refino do betume, a fim de obter petróleo cru convencional. Mais de uma vez, nos últimos cinquenta anos, houve ensaios de aproveitamento das areias betuminosas da Província canadense de Alberta, mas os custos se revelavam proibitivos. Na altura de 2010, com o petróleo em torno de 100 dólares o barril de bruto, ressurgiu o interesse pelas areias canadenses, associado ao projeto de um oleoduto que possibilitaria o transporte de cerca de 800 mil barris por dia do produto obtido em Alberta até refinarias no Texas. Chamado Keystone XL, o oleoduto em questão é fortemente condenado por ambientalistas, que têm desenvolvido considerável pressão contra o projeto, junto ao Presidente Obama. Em fevereiro de 2015, havendo a maioria republicana no Congresso feito aprovar o projeto do Keystone XL, Obama o vetou. No primeiro do que se espera seja uma série de vetos, com os quais o Presidente pretende defender, nos anos finais do seu mandato, as grandes realizações da reforma do sistema de saúde ou as leis que tratam da redução das emissões de carbono por termelétricas movidas a carvão.

.Nos EUA, o **tight-oil** (com inclusão do petróleo de xisto) é encontrado por toda parte. Mas as grandes petrolíferas seguiam demonstrando preferência pelo petróleo convencional e não abatiam a pressão pela liberação da pesquisa e lavra na plataforma continental exterior (OCS, na sigla inglesa), onde há formações equivalentes ao pré-sal brasileiro. Em março de 2010, Obama cedeu à pressão e autorizou a produção na OCS, do Alaska ao Golfo Pérsico. Menos de um mês mais tarde sobreveio o desastre da explosão da plataforma Deepwater Horizon, da BP, com perdas de vidas e grande dano ao meio-ambiente, e o Presidente foi levado a cancelar sua autorização. O foco das três supermajors em megaprojetos voltados para hidrocarbonetos convencionais havia levado, ainda mais, a que elas entrassem tarde no boom do gás de xisto na América do Norte, perdendo posições para empresas menores, mais ágeis e combativas na assinatura dos contratos de fracionamento. Na primeira metade da segunda década do século XXI, foram descobertas fontes não convencionais num total de mais de um trilhão de barris. As limitações que haviam tolhido a produção petrolífera americana nos anos posteriores à II Guerra Mundial começaram a ser superadas, permitindo que se passasse a falar da “era da independência energética da América do Norte”.

“As perspectivas são brilhantes aqui e em uns poucos outros países como o Canadá” – vangloriava-se a mídia dos EUA, em meados de 2014. Duas grandes concentrações de xistos, Bakken no Dakota do Norte e Eagle Ford no Texas, estavam sendo as principais responsáveis pelo espetacular crescimento da produção americana de hidrocarbonetos, 60% a mais do que em 2008. Em junho e agosto de 2014, segundo a AIE, a produção dos EUA de petróleo e subprodutos, como etano e propano, foi equivalente à da Arábia Saudita, tendência que poderia firmar-se antes do fim do ano, com os EUA tomando a dianteira. Em consequência, começava a ganhar força nos EUA um movimento para eliminar as restrições à exportação de petróleo bruto, adotadas pelo governo de Washington em 1970, em meio à chamada “Crise da Energia”.

Cumpra agora verificar como esteve caminhando a segunda linha vermelha, a do despertar político dos países em desenvolvimento. Há dois importantes ângulos sob os quais focalizar o assunto. O da crescente e generalizada convicção de que o comando da economia global está se deslocando, do Atlântico Norte para a Ásia. E o do envolvimento dos países asiáticos com a problemática mundial dos hidrocarbonetos.

Na segunda metade do século XIX, o Japão dotou-se de um Estado desenvolvimentista que procurou reproduzir, no país, a I Revolução Industrial em desdobramento na Europa Ocidental. Inspirando-se em particular no modelo alemão, Tóquio levou sua cópia do Ocidente ao ponto de repetir ações imperialistas, num crescendo que pôs o Japão em choque com coligação comandada pelos EUA e arrasou sua primeira experiência de modernização. Após a derrota incondicional na Guerra do Pacífico, reduzido a situação de vassalagem diante dos EUA, o Japão foi estimulado a reindustrializar-se, como o sustentáculo de uma economia regional do Pacífico Norte a serviço da **Pax Americana**. Washington permitiu o revigoramento de versão moderada do velho Estado desenvolvimentista japonês, inclusive como modelo para a modernização dos quatro “Tigres Asiáticos” (Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan e Cingapura). Foi o dinamismo da “Esfera Comercial do Oriente”, tentativa americana de integração econômica da locomotiva japonesa com as economias em desenvolvimento do Sudeste Asiático (convenientemente associadas na ANSEA), que deu ensejo a que se começasse a falar do deslocamento para o Pacífico do centro dinâmico da economia global. Surpreendentemente, porém, a construção assim tentada excluía a China do esquema; buscava, mesmo, conter o progresso chinês. Era situação insustentável, como logo se veria com a explosão a partir dos anos 1980 do rejuvenescimento da China. A China de Deng Xiaoping abriu-se aos investimentos japoneses e procurou captar muito da experiência dos “Tigres”, mas transtornou a visão estratégica americana por trás das construções anteriores. Quando se voltou a falar da Ásia como centro do mundo, era a China a locomotiva da vez. No período recente, teve repercussão internacional o “pivô” para o Pacífico. Isto é, a reorientação das atenções dos EUA na Ásia, do Sudoeste do continente e da Ásia Central para a Ásia-Pacífico anunciada em janeiro de 2012, em entrevista coletiva à imprensa, pelo próprio Presidente Barack Obama.

Na visão americana, Ásia Pacífico é a vastidão oceânica que se projeta do litoral asiático, emoldurada por um grande círculo de países que sobe da Oceania até o litoral da Rússia, curva-se para o Alaska e desce até a ponta meridional da América do Sul. Sob o “pivô”, os EUA encetaram uma grande atividade naval nessa vasta área, intensificando os exercícios com as Marinhas do Japão e da Coreia do Sul; revigorando pactos militares com as Filipinas, a Tailândia e a Nova Zelândia; instituindo a rotação de fuzileiros navais na Austrália; estacionando modernas belonaves no porto de Cingapura; e pondo em marcha uma aproximação militar com o Vietnã, tendo como um dos propósitos a reutilização da antiga base americana de Cam Rahn, famosa sob a Guerra Fria. É fácil ver em toda essa movimentação o objetivo de contenção estratégica do rejuvenescimento chinês, e os dirigentes de Pequim não têm deixado de reagir em consequência. Mas não caberá neste trabalho aprofundar essa dimensão do confronto histórico EUA-China, ora nos seus começos.

Na sua apresentação do “pivô”, Obama frisou também a determinação dos EUA de reanimarem a cooperação econômica com a Ásia, reativando sob a designação de Parceria Trans-

Pacífica (PTP) a velha APEC (Asia-Pacific Economic Cooperation), uma associação criada em 1989, por iniciativa da Austrália e do Japão e com a simpatia de Washington”, como barreira a idéias que circulavam na época sob impulsão da Malásia, de “uma Ásia para os asiáticos”. Nos planos americanos, a PTP deixará de fora os chineses, mas o certo é que a PTP não tem conseguido deslanchar em parte porque EUA e Japão não chegam a uns quantos acordos básicos e em parte devido a ausências de Obama, impedido de comparecer a reuniões cruciais por dificuldades com o Congresso em Washington. Enquanto isso, a APEC recupera vigor sob a liderança chinesa. Em 2014, cabendo à China presidir à sessão plenária do ano (Pequim, novembro), os chineses apresentaram aos colegas um elenco de realizações de impacto. Com os BRICS, criaram o Novo Banco de Desenvolvimento, com sede em Xangai. Por iniciativa própria, deram forma ao Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura, com sede em Pequim. Estimularam a edificação da Nova Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima. Xi Jinping articulou, na reunião da APEC, um sonho compartilhado de desenvolvimento e prosperidade para os países membros.

Quase setenta anos antes, ao ser fundada (1949) a República Popular da China (RPC), os EUA haviam procurado restringir o fornecimento ao novo regime de petróleo sob controle ocidental, chegando a proibir totalmente as entregas oriundas de seus aliados, após a Guerra da Coreia. A RPC viveu anos difíceis, extraindo petróleo de pequenos campos nas regiões ocidentais do país com o auxílio dos então “irmãos soviéticos”. Até a descoberta inesperada, no Nordeste, do campo gigante de Daqing. Só que essa descoberta coincidiu com a ruptura da aliança sino-soviética e a perda da ajuda tecnológica dos russos. Daqing foi desenvolvido praticamente no braço, com a mobilização de milhares e milhares de trabalhadores e graças aos cuidados especiais do Primeiro Ministro Chu En-lai, que logrou isolar o setor petrolífero da ação devastadora da Revolução Cultural. Daqing permitiu, em todo caso, o atendimento das ainda parcas necessidades da economia chinesa e, inclusive, alguma exportação. Com as reformas econômicas iniciadas nos anos 1980 por Deng Xiaoping o setor petrolífero começou a tomar corpo, como um dos setores estratégicos sob controle do Estado, embora suscetível de atrair investimentos das *supermajors*, de olho no que se podia discernir como um colossal mercado doméstico chinês.

Três estatais foram com o tempo criadas na China: (1) para controlar a produção doméstica e as incursões mundo afora – a China National Petroleum Corporation (CNPC); (2) para ocupar-se da exploração ao largo da costa – a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC); e (3) para edificar a petroquímica chinesa – a China Petroleum and Chemical Company (SINOPEC). Nos meses finais do século passado, foi tomada a decisão, já típica da grande integração da China na economia globalizada, de transformar a PetroChina, uma filial da CNPC, em companhia pública listada nas bolsas de Nova York e Hong Kong. A operação foi concluída em abril de 2000, com a PetroChina ainda propriedade maciça da CNPC, mas registrando importantes investimentos estrangeiros. Na virada do século, surgiu uma quarta estatal, a SINOCHEN, também voltada para a petroquímica.

A China começa a atuar como o dínamo da economia petrolífera mundial. As soluções a serem encontradas para atender à crescente demanda de hidrocarbonetos da China definirão, provavelmente, a economia petrolífera de meados do século XXI. O ano de 2004 foi um momento

de guinada nesse sentido. Em parte como consequência da invasão do Iraque pelos EUA (2003), o consumo mundial do petróleo cresceu num ano o equivalente a dois anos e meio do crescimento anterior. Mas ainda mais determinante fora o salto no consumo chinês. Como relata Daniel Yergin, a China começara em 2002 a ter dificuldades com sua geração de eletricidade, dependente em cerca de 80% do carvão. O crescimento econômico estava em aceleração e os suprimentos de carvão deixaram de atender à demanda. Interrupções do fornecimento elétrico instalaram-se nos mais diversos setores da vida social e tornou-se imperativo buscar sucedâneo ao carvão. O único elemento encontrável de imediato era o petróleo, e a demanda chinesa do mesmo cresceu, em 2004, 16% em relação ao ano anterior, quando a expectativa de crescimento era de apenas 7%. O governo e as petrolíferas chinesas precisaram redobrar seus esforços, no plano doméstico e mundo afora, a fim de obter petróleo nos novos níveis de necessidade. Em 2011, as companhias chinesas já estavam levantando no exterior pouco mais de um milhão e meio de barris por dia, o equivalente à produção do Coveite. E em 2012 estimou-se que as chinesas gastaram um recorde de 35 bilhões de dólares comprando concorrentes pelo mundo. Fazendo o balanço dessas aquisições, a AIE calculou que a China poderá estar produzindo três milhões de barris no exterior, em 2015.

Segundo avaliações americanas, a China possui as maiores reservas comprovadas de gás de xisto do mundo. Algo como 36 trilhões de metros cúbicos, dos quais - conforme a AIE - 68% são de gás tecnicamente recuperável. Dentre as *supermajors*, a Shell foi a primeira a fechar contrato para explorar o xisto chinês, numa clara tentativa de compensar sua quase exclusão dessa área, nos EUA. Em maio de 2010, a Shell associou-se à CNPC para explorar o gás de xisto no interior chinês, e o governo tem-se mantido empenhado em adquirir os conhecimentos necessários ao desenvolvimento do novo setor. Em janeiro de 2014, matéria do **Financial Times** descrevia a China como a nova fronteira para a exploração do xisto. Petrolíferas americanas como a Exxon-Mobil, a Chevron e a ConocoPhillips, além das europeias Total e Eni, haviam seguido o exemplo da Shell, buscando parcerias com estatais chinesas na exploração do xisto. Empresas que oferecem serviços, desde a perfuração do poço e o fracionamento até a gestão do uso da água, como a Schlumberger, a Halliburton a Baker Hughes e a Weatherford estavam também ativas, firmando presença no xisto chinês. Projeções oficiais chinesas falam em cobrir com o gás de xisto, na altura de 2020, 6% das necessidades energéticas do país.

Paralelamente ao trabalho com o xisto, a China expandiu a prática de comprar ou fundar, nos cinco continentes, companhias produtoras de petróleo e gás convencionais. A América do Norte (EUA e Canadá) exerce particular atração sobre os chineses, nesse respeito. Em 2005, ficou famosa a tentativa da CNOOC de adquirir a Unocal, operação frustrada por uma reação nacionalista das autoridades americanas. Os chineses voltaram à carga nos últimos anos, numa abordagem que procura utilizar a grande necessidade de capital das companhias americanas, e a América do Norte tornou-se o principal terreno das aquisições chinesas e petróleo e gás. Em 2010, chegaram a 17 bilhões de dólares os negócios concluídos nessa região. Aspecto importante da aquisição de companhias petrolíferas é o acesso das estatais chinesas a tecnologias de último tipo. Em julho de 2012, por exemplo, a CNOOC anunciou ter fechado a compra da canadense Nexem, num investimento de US\$ 15,1 bi. A Nexem está profundamente envolvida na extração de

hidrocarbonetos do xisto, bem como na exploração em águas profundas, terrenos ambos de aprendizado para as estatais chinesas.

Cabe também examinar mais de perto a Ásia. A sede da China por insumos energéticos repercute por todo o globo, mas é na Ásia que se desdobram as ondas principais. É na Ásia que se situam as três grandes fontes de hidrocarbonetos do campo oposto ao campo da AIE: o Golfo Pérsico, a Ásia Central ex-soviética e a Federação russa com suas vastidões siberianas. E apesar do crescimento das compras chinesas na área do Golfo, é quando se sobe dessa área para o Norte, adentrando o coração do Sudoeste Asiático, sub-região da qual os EUA estão tendo dificuldade de desvencilhar-se, que a China se mostra particularmente ativa. É o maior parceiro comercial do Irã, além de convicto bastião na defesa do Irã contra as pressões americano-israelenses. Tem importante investimento na produção de gás natural no Afeganistão. E trabalha com consistência na Ásia Central ex-soviética, onde a China já é o maior parceiro comercial de quatro das cinco novas repúblicas. Em setembro de 2013, o Presidente Xi Jinping realizou um significativo circuito pela área, descrito com relevo por **The Economist** (14.09.13). Começando pelo Turcomenistão, um dos maiores produtores de gás natural do mundo e principal fornecedor desse insumo para a China, onde Xi assistiu à inauguração do campo gasífero de Galkynysh, o segundo maior do mundo, Xi foi depois ao Kazaquistão, grande produtor de petróleo e ponto de partida de um oleoduto que alcança regiões orientais da China. Companhias chinesas vêm desde o começo do século comprando participações na exploração de campos do país, e durante a visita Xi assistiu ao início da produção do Kashagan, o maior campo petrolífero descoberto no mundo nas últimas décadas. Na etapa seguinte, Xi esteve no Uzbequistão, onde foram concluídos contratos no terreno do petróleo, gás natural e urânio. O giro do Presidente chinês terminou no Quirgistão, um importante fornecedor de eletricidade para regiões fronteiriças da China, a fim de assistir à reunião plenária anual da Organização de Cooperação de Xangai (SCO, na sigla inglesa), uma aliança no terreno da defesa, em que se congregam a China, a Rússia e as cinco repúblicas da Ásia Central.

A SCO é um abrangente mecanismo da cooperação multilateral, tendo no centro a cooperação sino-russa. Esta rege-se hoje pelo Tratado de Cooperação Amistosa e de Boa Vizinhança, assinado em 2001. Um dos principais itens em contínua negociação é o fornecimento de insumos energéticos da Sibéria Oriental para o Nordeste chinês, tornado factível pela finalização em 2009 do oleoduto de mil quilômetros de extensão que liga as duas regiões. Em maio de 2014, à sombra da reunião em Xangai de sessão plenária da CICA (Conferência sobre Interação e Construção de Medidas de Confiança na Ásia) Vladimir Putin e Xi Jinping puderam lançar as bases de um verdadeiro “pivô” no quadro energético mundial, com a assinatura de acordo redirecionando o fluxo internacional do gás. Pelo acordo, a estatal russa Gazprom começará até o fim da década a fornecer anualmente à China, num período previsto de trinta anos, 38 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Em novembro de 2014, à margem de sessão plenária da APEC, em Pequim, novo acordo foi concluído, com a Gazprom comprometendo-se a fornecer aos chineses mais 30 bilhões de metros cúbicos anuais. Com uma importante diferença. O gás comprometido em maio deverá vir de campos no leste da Sibéria, ainda por desenvolver, enquanto os fornecimentos do acordo de novembro sairão da Sibéria ocidental, de áreas que estão atualmente a serviço da Europa.

Na virada do ano de 2014 para 2015, com o setor petrolífero da China sob o fogo de campanha anticorrupção comandada pelo Presidente da República, o governo central vem demonstrando interesse em levar a um novo patamar a consolidação da indústria petrolífera chinesa. Promover, isto é, megafusões entre as quatro gigantes atuais, de maneira a criar empresas aptas a enfrentar rivais como a Exxon-Mobil. Segundo comentou **The Wall Street Journal** (14.02.15) consultores econômicos do governo foram encarregados de estudar as possíveis opções para esse salto, que se estearia nos avanços na sobreposição de especialidades, que já vêm ocorrendo entre as quatro grandes. O governo começou, também, a abrir o setor do petróleo para investimentos privados, inclusive estrangeiros, mas cuidando neste último caso a que não seja tomada participação controladora. O fato é que a indústria petrolífera chinesa está exibindo alto grau de maturidade, capaz já de trabalhar sem assistência estrangeira em perfurações em águas muito profundas, e tendo posto a circular no Mar a China do Sul uma plataforma de trabalho em alto-mar, totalmente construída no país.

* * * * *

As situações acima descritas, nos dois campos do jogo petrolífero global, sofreram todas forte abalo no segundo semestre de 2014, com a queda acelerada nos preços dos hidrocarbonetos. Reviravolta bastante semelhante à ocorrida entre 1985 e 1986, da qual dei conta mais acima. Entre novembro de 1985 e março de 1986 o preço do petróleo bruto caiu 67%. Entre junho de 2014 e janeiro de 2015, 57%. Já no mês de abril de 2014 haviam começado a surgir alertas quanto a possível queda dos preços, diante dos registros de descobertas, nos cinco anos anteriores, de um trilhão de barris de hidrocarbonetos não convencionais, passíveis de serem explorados a US\$ 75 ou menos. E era importante verificar que a maior parte da nova oferta vinha da área fora da OPEP: de 50,5 mbd em 2013 para projetados 56,1 mbd, em 2020. Isso elevaria a participação dos produtores externos à OPEP na produção mundial, de 58% para 60%, com cerca de 64% do aumento em proveniência da América do Norte. Tanto em 1985-86 quanto em 2014, o componente oposto da guinada foi a reação da Arábia Saudita. Rompendo com décadas de defesa de preços altos, os sauditas ajudaram na nova queda dos preços, persuadindo os demais membros da OPEP, numa reunião em Viena em novembro de 2014, a manterem estaveis suas produções. Por trás dessa nova estratégia, como ressaltou um artigo do **Wall Street Journal** (23.12.14), estava a preocupação dos sauditas com o que eles viam como um desafio das empresas petrolíferas americanas aos produtores de fora da OCDE. A abordagem saudita – segundo o **WSJ** – é parte da evolução das relações de Riad com Washington, nos últimos dez anos. Estreitos aliados desde a Segunda Guerra Mundial, com a Arábia Saudita assegurando um fluxo constante de petróleo para a economia americana, a revolução do xisto estava transformando os EUA em sério rival da Arábia Saudita no quadro energético mundial. Numa outra dimensão, tem diminuído a dependência da Arábia Saudita da proteção militar dos EUA, à medida que crescem as divergências sobre como lidar com as instabilidades no Oriente Próximo. Diante do governo de Bashar Assad, por exemplo. Embora autoridades nos dois países timbrem em afirmar que a aliança entre eles siga forte, são muitos os sinais de uma deterioração.

Como vai evoluir a contradição central EUA-Arábia Saudita, na nova fase do grande jogo energético mundial, só o tempo dirá. Cabe aqui, porém, registrar algumas manifestações já em marcha, dos ajustamentos forçados no comércio internacional dos hidrocarbonetos pela forte queda nos preços dos mesmos. Com as refinarias americanas absorvendo, cada vez mais, a barata oferta doméstica, os EUA vão deixando de comprar em antigos fornecedores como a Nigéria, a Argélia, a Angola ou o Brasil, os quais voltam-se para a conquista de mercados nos países emergentes, em particular a China e a Índia, numa acirrada concorrência com os produtores do Golfo Pérsico. Artigo do **Wall Street Journal** (17.03.15) deu conta, por exemplo, do volume crescente de petróleo fluindo da América Latina para a China, Japão e Coreia do Sul, com a China ficando com a maior parte desses carregamentos marítimos ao longo de 2014. As estimativas eram de que cerca de 35 milhões de barris de petróleo provenientes do Brasil, Equador, Venezuela, Colômbia, Argentina e México iam ser entregues em portos asiáticos, somente no mês de abril de 2015. A preferência dos asiáticos pelo petróleo latino-americano decorria de serem seus preços mais baratos do que os pedidos no Golfo. Na América Latina, os produtores se alinham com os preços do West Texas Intermediate, o petróleo de referência nos EUA, enquanto os exportadores tradicionais do Oriente Próximo seguem a cotação do Brent, padrão da área externa aos EUA. Juntando-se a queda nos preços à explosão na produção do gás de xisto e do petróleo compacto (o **tight-oil**) as previsões são de que os EUA vão passar de importadores líquidos de 12 mbd de petróleo, em 2005, para exportadores líquidos até 2035. Enquanto isso a China se tornará um importador líquido de mais de 13 mbd e a Índia um importador líquido de cerca de 7 mbd. Mudanças todas com expressivas consequências geopolíticas.

Aspecto importante da circulação internacional dos hidrocarbonetos é o problema da armazenagem, do qual se ocupou um outro artigo do WSJ (07.03.15). As petrolíferas em conjunto vêm extraíndo quase 1,5 milhão de barris por dia acima da demanda mundial, devido à combinação de queda na demanda mundial e aumento da produção dos EUA. Só nos EUA, os estoques de petróleo bruto atingiram em fins de 2014 seus maiores níveis em mais de 80 anos, chegando próximo de 70% da capacidade total de armazenamento. Projeções do Citigroup viam as instalações comerciais de armazenagem de petróleo, na Europa, já repletas em 90%, e os estoques da Coreia do Sul, África do Sul e Japão em vias de ultrapassar 80% das respectivas capacidades. Já há alguns anos, um boom na construção de navios-tanques de grande porte, usados para armazenagem, vem acompanhando o crescimento dos estoques, mas eles estão hoje se enchendo rapidamente. A China, com seu vasto território e imensas reservas financeiras, tem política antiga de constituição de estoques estratégicos, não apenas de petróleo, mas de outros insumos minerais e commodities que vão de carne de porco a soja e algodão. Em fins de novembro 2014, as autoridades chinesas divulgaram uma estimativa formal de 9 milhões de barris de petróleo estocados em quatro lugares diferentes, como resultado da antiga política de armazenamento estratégico. Uma nova fase dessa política avançava rapidamente. As compras externas de petróleo haviam aumentado em 9,5% no ano de 2014, alcançando 210 milhões de toneladas. “Eles estão construindo uma quantidade impressionante de tanques de armazenamento a serem logo preenchidos”, comentou um analista da Capital Economics.

Para encerrar esta já longa tentativa de atualizar o embate em torno do futuro da indústria petrolífera mundial, vou descrever em traços rápidos, apoiando-me em matérias recentes do **Wall Street Journal**, o impacto da queda de preços no funcionamento das grandes companhias petrolíferas. Durante muitos anos, a prioridade dessas companhias vinha sendo descobrir e explorar, o mais rápido possível, novas reservas substanciais de petróleo e gás, tanto para substituir as reservas que se esgotavam como para satisfazer a expectativa dos seus acionistas com a expansão da firma. O próprio tamanho da empresa fazia com que somente projetos grandiosos, complexos e caros correspondessem a tais intenções. As três supermajors americanas, por exemplo, voltavam-se para as areias betuminosas do Canadá; as estepes geladas da Ásia; perfurações em grande profundidade no Golfo do México; ou a construção de uma ilha artificial nos confins da Austrália para a liquefação de gás natural. Megaprojetos que exigiam bilhões de dólares em investimentos e engenharia sofisticada, perfeitamente factíveis num cenário em que o preço do petróleo Brent, a referência internacional, girava em torno de 100 dólares o barril, mas que de repente se viram cercados de dúvidas, com a queda dos preços chegando a menos de 50 dólares o barril. Poucos analistas anteveem situações catastróficas para as grandes petrolíferas. Com suas enormes estruturas verticalmente integradas, elas estão de alguma forma protegidas da queda nos preços por suas operações de refino e outros negócios intermediários. Estão também com seus cofres cheios, como herança do longo período de preços altos. Ainda assim, as grandes petrolíferas estão sendo levadas a repensar seus planos de gastos. E embora tenham lucrado juntas, no terceiro trimestre de 2014, US\$ 18,9 bilhões, as três maiores petrolíferas do mundo – ExxonMobil, Royal Dutch Shell e Chevron – estão engavetando planos e vendendo operações com margens mais baixas.

Não são somente as empresas de capital aberto que estão sofrendo o impacto da reviravolta no mercado global do petróleo. Notícias de fevereiro 2015 deram conta de que a saudita ARAMCO, a maior produtora mundial de petróleo, estava buscando modos de cortar custos em toda a extensão do seu funcionamento, no que vinha sendo seguida pelas estatais dos Emirados Árabes, Qatar e Omã. A descoberta repentina de que o mundo tem mais petróleo em oferta do que necessita deixou analistas e operadores procurando adivinhar o preço mínimo para reequilibrar o mercado, em meio a um excesso de oferta entre 1 milhão e 2,5 milhões de barris por dia, que existiria no mercado global do petróleo. Num cenário em que também a tecnologia continua a modificar a indústria e a economia do petróleo, como tem ressaltado **The Economist** A Halliburton, por exemplo, vem trabalhando duro no aperfeiçoamento das técnicas e aparelhagem para a perfuração de poços. Tudo computado, é nas bolsas de valores que melhor se pode captar as novas realidades. Investidores dos EUA e Canadá estão abocanhando novas ações e título de dívidas emitidos por petrolíferas, numa aposta de que as empresas emitentes vão superar as dificuldade de agora. Por sua vez, ao vender novas ações, as petrolíferas sinalizariam não estar esperando uma recuperação rápida dos preços do seu produto.

Campinas, março de 2015.